

HABERMAS E A ÉTICA DO DISCURSO

Edimar Inocencio Brígido¹

RESUMO

O propósito desta pesquisa consiste em demonstrar de que modo o filósofo Jürgen Habermas propõe uma nova abordagem ética pautada pelo discurso. Inicialmente, investigaremos a filosofia da linguagem, percorrendo os aspectos centrais do novo paradigma filosófico contemporâneo. Posteriormente, a atenção se volta para a análise da teoria desenvolvida por Habermas a respeito do agir comunicativo e, finalmente, a partir de uma ideia da argumentação que envolve o discurso, pretendemos destacar a conexão existente entre os discursos e as ações, conceitos que servem de base fundamental para a defesa da ética do discurso e para a promoção da democracia.

Palavras-chave: Linguagem. Ética. Discurso. Agir. Habermas.

RÉSUMÉ

Le propos de cette recherche sera démontrer de quelle façon J. Habermas analyse l'éthique de discours. Premièrement, nous analyserons la philosophie du langage, en suivant l'attention vers pour l'analyse de la théorie déployée par lui sur l'agir communicatif et, finalement, à travers d'une idée de l'argumentation que recouvre le discours, nous prétendons démontrer la connexion existante entre les discours et les actions. Ainsi, l'objectif de ce travail consiste analyser de manière que ce philosophe contemporain examine l'éthique dans la perspective de discours.

Mots-clé : Langage. Éthique. Discours. Agir. Habermas.

¹ UNICURITIBA

INTRODUÇÃO

O interesse pela linguagem é uma característica da filosofia contemporânea, reunindo várias escolas, da hermenêutica à filosofia analítica, do estruturalismo à pragmática. Desde o final do século XIX, os filósofos acreditaram que todos os problemas da filosofia são problemas decorrentes do mau uso da linguagem. Sendo assim, a análise lógica e cotidiana da linguagem passa a se tornar um lugar privilegiado para a pesquisa filosófica. Com a chegada da conversão linguística, a partir da *linguistic turn* do início do século XX, afirmou-se de vários modos que existe uma relação intrínseca e fundamental entre a filosofia e a linguagem: abre-se, doravante, um amplo e desafiador campo de investigação que vai reunir filósofos e linguistas.

É a partir da *linguistic turn* que os filósofos Apel e J. Habermas vão desenvolver suas teorias decorrentes da relação intersubjetiva que se efetiva entre os falantes. Eles consideram a Virada Linguística um acontecimento sem retorno para a filosofia. Habermas não quer discutir somente as sentenças e o raciocínio lógico das estruturas da linguagem, mas pressupõem algo além da objetividade. Ele passa a considerar a linguagem prática intersubjetiva, em que existe uma interação entre os usuários, entre ouvintes e falantes. São os recursos linguísticos empregados pelos agentes do discurso, que podem gerar conflito ou entendimento, que interessam à Habermas.

O pensamento deste filósofo encontra-se situado no segundo momento da virada linguística. Suas ideias revelam uma preocupação com a ação e o discurso, em que ambos conectados possuem a capacidade de influenciar o pensamento contemporâneo, promovendo o entendimento e fortalecendo a democracia. Sendo assim, inaugura-se uma ética pautada no discurso, isto é, na interação entre os usuários da linguagem, na prática da comunicação. A intenção das linhas que seguem residem no desejo de analisar o trabalho desenvolvido por Habermas, com a finalidade de compreender como ele estabeleceu uma nova ética a partir das relações discursivas (*diskursethik*), contribuindo de forma inequívoca com o cenário social e político atual.

1 A FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Em cada período da filosofia, seja ele antigo, medieval ou moderno, a filosofia se ocupou de algum modo em fixar seu olhar em um conhecimento determinado, dando ênfase em um tema específico. Deste modo, acredita-se que a linguagem sempre ocupou um espaço de segunda relevância na tradição filosófica. Esta posição só será superada a partir do fim do século XIX e início do século XX, com a chamada virada linguística, na qual a linguagem se torna preponderante na análise filosófica. De acordo com Danilo Marcondes (2016, p. 11):

Algumas das principais teorias desenvolvidas nesse contexto buscam uma forma de tratamento da linguagem enquanto estrutura lógica ou sistema de signos com regras internas, independentes do sujeito linguístico, tal como encontramos, por exemplo, embora em perspectivas muito diferentes, tanto em Frege quanto em Saussure.

Entre os antigos, por exemplo, destaca-se o pensamento dos filósofos na busca por uma ontologia, ou seja, buscava-se o conhecimento do ser. No medievo a ênfase dos estudos filosóficos está voltada às explicações a respeito do ser divino. Com a modernidade a filosofia concentra seus esforços na análise antropocêntrica, de forma que o homem se descobre como ser pensante, dando origem ao racionalismo e, por outro lado, ao empirismo.

Durante estes períodos é possível perceber que em alguns aspectos as teses estruturadas sustentaram e solucionaram por tempo a problemática da relação do homem com o pensamento e a natureza (*physis*). Contudo, é na contemporaneidade que o homem se depara com um novo paradigma filosófico, na busca de novas explicações acerca do mundo, porque as explicações e temas filosóficos até então apresentados parecem não responder aos questionamentos do homem contemporâneo. O sujeito do conhecimento passa, então, a desconfiar que o mundo é, na verdade, um “produto da linguagem” e que, em virtude disso, a verdade não deveria mais ser procurada na ontologia, nem em Deus ou na razão, mas na própria linguagem.

Desde a filosofia antiga, a linguagem está presente no bojo das discussões filosóficas. Platão, na obra *Crátilo*, inaugura e aborda a relação entre os nomes e as coisas designadas por

eles. No centro das indagações platônicas aparecem dois personagens: Crátilo e Hermógenes. Este último representa a posição que defende que a relação entre signo linguístico e objeto é meramente convencional, resultante do arbítrio e dos acordos humanos. Crátilo, por sua vez, acredita em uma relação natural entre as palavras e as coisas, independente das preferências pessoais de cada um. Disso resulta que, em Platão, encontram-se dois problemas de linguagem: o convencionalismo e o naturalismo, diante dos quais, Platão conclui que a solução consiste em ir além das palavras, porque sozinhas elas não contribuem para o conhecimento da verdade.

É certo que desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais muita coisa mudou. Muitos foram os filósofos que se ocuparam com o tema da linguagem, ainda que em uma perspectiva bastante limitada. Ao que tudo indica, o posicionamento platônico frente a incapacidade das palavras parece ter influenciado boa parte da tradição ocidental.

Contudo, é no período contemporâneo que as preocupações antigas, medievais e modernas deixam de procurar resolver as questões acerca do conhecimento, passando a análise do modo como a linguagem descreve os fatos do mundo. Sendo assim, a linguagem se torna o eixo central da filosofia, conforme destaca Oliveira (2001, p. 11): “Com razão se pode afirmar, com K.-O. Apel, que a linguagem se transformou em interesse comum a todas as escolas e disciplinas filosóficas da atualidade”.

Desde então, a linguagem é abordada a partir de um novo paradigma, no qual destaca a filosofia da linguagem como estrutura lógica ou sistema de regras, que conquista de vez seu espaço na filosofia e passa a ser o objeto da reflexão filosófica que perdura até os dias de hoje. A linguagem deixa de estar em segundo plano na filosofia, e entre os filósofos atuais ganha destaque no limiar do pensamento contemporâneo, passando a ser a preocupação primeira destes. A partir da linguagem é possível estabelecer novos paradigmas, estes que permitem uma nova interpretação a respeito da filosofia. Uma vez que este modo de filosofia “veio para ficar” é de grande interesse entender o contexto do que se pode entender por linguagem. De acordo Costa (2002, p. 7):

A expressão ‘filosofia da linguagem’ possui duas acepções principais, uma estrita e outra mais ampla. Em sua acepção mais estrita, ela é o resultado de uma investigação filosófica acerca da natureza e do funcionamento da linguagem, sendo por vezes

chamada de ‘análise da linguagem’. Quando um filósofo investiga questões como a natureza e função da linguagem, está fazendo filosofia da linguagem neste sentido estrito da expressão.

Assim, através da reviravolta linguística do século XX, conforme assegura Oliveira (2001, p. 13), “a linguagem [torna-se] o espaço de expressividade do mundo”. Neste novo *baseline*, diante das várias visões, ideias e pensamentos filosóficos acerca da linguagem, encontra-se o filósofo Jürgen Habermas que procura estabelecer o sentido normativo e o sentido crítico e criador da linguagem. É a proposta estruturada por este pensador alemão que nos interessa analisar.

2 TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS

Habermas faz parte da segunda geração da Escola de Frankfurt, na Alemanha, e é considerado a figura exponencial e mais notável da segunda metade do século XX. Considerado o primeiro filósofo não-judeu desta escola, é formado em Filosofia e Sociologia, e suas ideias estão voltadas para as ciências humanas e jurídicas. Grande acadêmico, estudou filosofia durante os anos de 1949 a 1954, foi criticado com veemência por alguns e elogiado com insistência por outros. Seus estudos são acompanhados por uma abertura interdisciplinar com a história, a psicologia, a literatura alemã, a ciência política e a economia.

De fato, conforme afirma Huisman (2004, p. 454), “J. Habermas empenha-se em aplicar o diagnóstico político de uma sociologia crítica que pretende desmascarar as forças sociais e históricas que estão por trás do pensamento filosófico”. A partir do pensamento hegeliano, Habermas apresenta aspectos do agir comunicativo e a problematização da identidade coletiva e universalidade da sociedade. A partir das contribuições decorrentes do pensamento de Habermas, a filosofia contemporânea não será mais a mesma.

Partindo da ideia de Aragão (2002, p. 8), “As linguagens, portanto, enquanto ‘gramáticas de vida’, são múltiplas, e se constituem em verdadeiras formas de vida social”. Assim, é possível avaliar a teoria do agir comunicativo em Habermas, no qual ele estabelece uma relação pragmática universal da linguagem, essencialmente ligado à teoria dos atos de

fala estabelecidos por ele, que tem a pretensão de esclarecer as ações comunicativas na linguagem, bem como o impacto disso nas sociedades em geral.

O livro *O agir comunicativo e razão destrancendentalizada*, do filósofo alemão, relata os discursos e as questões fundamentais abordadas por ele. A obra poderia ser resumida em uma única pergunta, como bem destacou Aragão (2002, p. 8): “como equacionar o sentido normativo e o sentido crítico e criador da linguagem?”. De fato, há uma análise quanto ao sentido das expressões linguísticas que permitem não só mudar o mundo e sua imagem, como intervir e criar novas formas de vida social. A linguagem é dinâmica e viva, assim, pode produzir vida e dinamismo, mas também pode produzir conflitos e dominação. Sobre a teoria apresentada, pode-se considerar que

Habermas quer assegurar a possibilidade de uma ‘transcendência’ de dentro da razão, apesar de seu enraizamento nos contextos históricos, através da cooperação e crítica mútuas dos sujeitos racionais. Deve-se ter em mente a este respeito que, depois da ‘guinada linguística’, as estruturas de racionalidade são cunhadas pela linguagem. (ARAGÃO, 1997, p. 28)

2.1 O AGIR COMUNICATIVO

Com a teoria da razão destrancendentalizada, Habermas utiliza-se de uma razão corporificada no agir comunicativo orientado para o entendimento. Para Habermas, o que está em jogo é a necessidade de encontrar uma forma de fundamentar os sujeitos racionais, seus conhecimentos e suas normas de ação. Ao que se refere ao agir comunicativo, afirma ele que

Os sujeitos capazes de linguagem e ação, do horizonte de seu mundo da vida a cada vez compartilhado, devem poder ‘se relacionar’ ‘com algo’ no mundo objetivo, quando quiserem se entender entre si ‘sobre algo’ na comunicação, ou conseguirem ‘algo’ nas relações práticas. (HABERMAS, 2002, p. 41-42)

Contudo, para entender a teoria do agir comunicativo de Habermas é necessário entender o que foi escrito no capítulo anterior a respeito da virada linguística que possibilitou a guinada teórico-comunicativa habermasiana. Habermas reconhece que não é possível apenas

fazer uma filosofia linguística baseada somente na análise formal das frases, sem considerar a relação intersubjetiva, entre os sujeitos. Ele apresenta a linguagem como meio de integração social que fornece a chave da possibilidade da emancipação e da autonomia. Disso resulta o rompimento com a visão semântica introduzida pela modernidade. Conforme Tesser (2004, p. 98),

[Para] Habermas, a guinada linguística é a passagem da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem, a partir da qual é possível entender, analisar e criticar todo processo da filosofia pós-moderna. ‘A guinada linguística havida da filosofia preparou os meios conceituais através dos quais é possível analisar a razão incorporada no agir comunicativo.

A virada linguística proporcionou um novo paradigma não limitado a um ponto de vista semântico, que apenas proporciona a análise das formas das frases. Sendo assim, “por esse motivo a virada linguística foi apenas o primeiro passo para uma ‘guinada teórica-comunicativa” (HABERMAS, 1984, p. 397). O agir comunicativo proposto por J. Habermas traz uma crítica que inaugura uma nova pragmática que transforma, a partir da guinada linguística e do agir comunicativo, a relação entre os sujeitos. O problema da semântica até então apresentado é o que Habermas tenta superar com a teoria do agir comunicativo, conforme Aragão (1997, p. 28)

Se a análise semântica reproduziria o esquema da relação entre dois termos da filosofia da consciência (sujeito e objeto), na medida em que se limitava à análise da relação entre sentenças (linguagem) e estado-de-coisas (mundo), o modelo da pragmática, por sua vez, apoia-se numa relação de três termos entre linguagem, mundo, e os participantes de uma comunidade linguística.

Com o agir comunicativo, após uma virada linguística, a comunicação linguística adquire e passa a ser concebida pelo filósofo como um novo paradigma no qual incluem três termos: a linguagem, o mundo e a comunidade de participantes. Tesser (2004, p. 90) afirma que “a comunicação assume a condição de eixo central da filosofia de Habermas”, e sendo

assim, “a guinada linguística proporciona a mudança de paradigma do conhecimento de objetos pelo paradigma da compreensão entre sujeitos capazes de falar e agir” (Ibidem, p. 98).

O filósofo desenvolve um entendimento linguístico através de um consenso entre os sujeitos e a comunidade de participantes. Segundo ele, não basta apenas uma relação linguística, é preciso antes de tudo formular um princípio mais amplo da razão, em que se torne possível conduzi-la a uma análise da linguagem voltada para a ação, pois “a razão pode ser descoberta pela análise da atividade dos sujeitos linguísticos” (TESSER, 2004, p. 39). Por fim, trata-se de uma razão intersubjetiva e não instrumental, no qual o agir comunicativo tem como pano de fundo o mundo, que possibilita o entendimento e que tem como exigência a validade universal que pressupõe a interação intersubjetiva para ser válido. Habermas foca sua atenção na linguagem enquanto uma nova forma de comunicação que designa uma capacidade do locutor de dominar o sistema de regras permitindo gerar uma situação linguística favorável ao entendimento.

2.2 O AGIR COMUNICATIVO E O ENTENDIMENTO

Na vida social, de acordo com Habermas, a ação humana sempre deve estar voltada para o entendimento, na qual exista a compreensão dos sujeitos que buscam um consenso de validade e que agrade a todos, ouvintes e falantes.

No agir comunicativo, a interação linguística significa sempre um processo que tem em vista o entendimento possível entre falantes e ouvintes. O entendimento não significa unanimidade em torno de uma expressão linguística ou da intenção de subjetiva. Ele é o processo por meio da qual os sujeitos comunicativos alcançam o consenso. Ele nunca pode vir por imposição, mas por aceitação como válido. O consenso funciona como interação, à medida que satisfaz os planos de todos os planos de todos os sujeitos. (TESSER, 2004, p. 102)

O filósofo tem a intenção de demonstrar que o primeiro modo de utilização da linguagem é o agir comunicativo, este que por sua parte é um importante mecanismo de socialização. Para isso, “Habermas se utiliza da distinção de Austin entre atos ilocucionários e perlocucionários” (ARAGÃO, 1997, p. 29). Habermas certamente herdou de Austin sua

elaborada teoria dos atos de fala que serviu para seu projeto futuro, criando uma pragmática universal. “Para Austin, a função da linguagem não é descrever reflexivamente o mundo, mas comunicar” (COSTA, 2002, p. 43). Deste ponto de vista é possível ver claramente de onde originou o pensamento de Habermas, do qual ele parte de uma construção essencialmente ligada a teoria dos atos de fala. Contudo, são os atos de fala descritos por Habermas que se responsabilizam pelas pretensões de validade. Ao avaliar uma pretensão de verdade, em Habermas, é possível concluir que ele propõe o agir comunicativo como pretensão de liberdade que se dá efetivamente através do discurso (*Diskurs*).

É através de Habermas que a razão ganha uma nova forma, ou como pode ser dito, uma nova consciência a partir da ação comunicativa, em que ele substituiu a razão instrumental por uma razão comunicativa. A razão instrumental pode ser caracterizada por uma razão baseada na ciência experimental, ao contrário da razão comunicativa, que pode ser representada pela relação entre os homens, pelo entendimento que regularia o processo de vida social. Habermas afirma que a razão poderia ter outras funções, como servir para criticar, aproximar e libertar, sendo assim, ele se diferencia da visão dos grandes mestres de Frankfurt, que segundo ele, haviam se afastado da visão original da Escola.

Sendo o agir comunicativo de Habermas a convenção entre os homens que exclui qualquer forma de coerção, sem ideologias e sem dominação, ele acredita que é no discurso (*Diskurs*) que se encontra a forma certa da sociedade encontrar a sua liberdade, longe das forças de dominação repressivas, e, por fim, sem a coerção de naturezas externas.

É no discurso que Habermas resgata a pretensão de verdade que visa a ação comunicativa. No entanto, para que consigam elaborar uma forma racional de pensar, com pretensão de que seja válido, o filósofo precisa fundamentar o discurso utilizando-se da ética, conforme trataremos a seguir.

3 ÉTICA E DISCURSO EM HABERMAS

A filosofia sempre se preocupou com agir do homem, sendo uma busca por respostas acerca da natureza humana. É do campo da filosofia compreender as relações entre as pessoas, as relações com o mundo, a relação entre os indivíduos na vida social, em especial no

âmbito que envolve o agir e a moral. No entanto, há uma mudança de concepção da ética no mundo contemporâneo, que quer fundamentá-la na argumentação que envolve uma conexão entre a fala e a ação.

A ética permite compreender os critérios que orientam os valores e as ações humanas. De acordo com Abbagnano (2007, p. 442) “a ética questiona os valores do modo de agir de um determinado povo e a sua cultura. O seu conceito está intimamente ligado à busca do bem e da felicidade”.

Segundo o *Dicionário de filosofia* de Abbagnano, (2007, p. 443), existem duas concepções fundamentais desta ciência:

1ª a que a considera como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem; 2ª a que considera como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. Essas duas concepções, se entrelaçam de várias maneiras na Antiguidade e no mundo moderno, são profundamente diferentes e falam duas línguas diversas.

Na filosofia da Antiguidade a ética está relacionada diretamente ao modo de vida de cada indivíduo, há uma preocupação ontológica, no qual os filósofos deste período buscam respostas para as questões do modo de pensar e do agir do homem. Parte-se de uma moral na *pólis* para uma moral do universo. Segundo Silva (2009, p. 2),

Sócrates racionaliza a Ética e preconiza uma concepção do bem e do mal e da areté (da virtude). Em Platão, a Ética ganha fôlego na política a partir de uma concepção metafísica e da sua doutrina da alma. Assim como Platão, Aristóteles fala do homem político, social, condenado a viver na pólis. Para o estagirita, o homem deve cultivar a “justa medida”, que é o compêndio das virtudes éticas, pela qual são administrados os impulsos e as paixões. A justa medida “se traduz em um habitus e, portanto, constitui a personalidade moral do indivíduo.

No período da Idade Média, a ética está pautada nos princípios cristãos impostos pela Igreja. É Deus quem revela a verdade. O agir dos homens estão direcionados e submissos à vontade divina. Inaugura-se, neste período, uma nova visão do agir moral do homem e transfere as condições de sua ação para um ser transcendente. Nos estudos da filosofia moderna, a ética está direcionada para os aspectos racionalistas. Neste período, destaca-se o caráter inato das ideias morais. Primeiramente, a ética moderna recupera as escolas éticas da Antiguidade, posteriormente destaca-se a ética renascentista que promove a ascensão do indivíduo, e por consequente, a tentativa kantiana de instauração de uma ética da razão pura prática.

Na filosofia contemporânea há uma virada linguística, onde é possível observar o surgimento de uma filosofia da linguagem, que exibe uma relação de poder presente no discurso, esse mesmo influencia o agir do outro, direcionando o homem a criar uma ética do discurso, pautada em um agir comunicativo, conforme escreve Habermas. É neste sentido que o objetivo desta pesquisa consiste: analisar de que forma Habermas compreende a ética na perspectiva do discurso. Segundo Vaz (1999, p. 448):

A 'ética do discurso' apresenta-se como proposta de fundamentação de uma ética universal da *ação* que se pretenda adequada às condições estruturais e ao estágio histórico de uma civilização da Razão em vias torna-se efetivamente a primeira civilização planetária conhecida.

É neste âmbito pragmático-universal de uma ética não metafísica e universal edificada sobre as bases do discurso que se destaca Habermas. O filósofo, que fez parte da Escola de Frankfurt, mas não concordava com a visão pessimista da escola, pretende “corrigir” o erro de Kant que centrou o esclarecimento no sujeito, e não na sociedade, por isso desenvolve a ética do discurso.

Habermas recusa o paradigma lógico da primeira fase da *linguistic turn*, acredita que não é possível uma ética fundada na subjetividade. Discordando do conhecimento proposto pela sintaxe e pela semântica, pois as mesmas demonstram erros ao excluírem a dimensão

pragmática do uso da linguagem. Para Habermas, não é possível uma ética do discurso sem levar em consideração a relação intersubjetiva, ou seja, não é viável uma análise do discurso que seja independente dos falantes. Tesser (2004, p. 17) afirma que “[...] a linguagem é o meio natural de todos os entendimentos recíprocos, com pretensão de validade, pela qual os falantes e ouvintes passam a fazer parte como membros de sua comunidade linguística compartilhando intersubjetivamente.”

A teoria de Habermas, de uma ética do discurso, é relevante para o período contemporâneo. Há uma exigência que pretende estabelecer uma interação do discurso intersubjetivo argumentativo linguístico dentro da comunidade, em que seja possível a existência de sujeitos com capacidades de compreensão, de verdade, de veracidade e a pretensão de validade como elemento constitutivo do ato de fala.

A ética habermasiana abrange tanto o campo ético quanto o social, o político e o moral propriamente dito, em que se encontram inerentes as condições da ação humana manifestada através da linguagem.

Para Habermas esse fundamento será a possibilidade histórica de uma comunidade universal de comunicação, onde o *consenso* resultante da livre discursão será o lugar teórico e, portanto, o fundamento de uma linguagem normativa dotada de validade *universal* e de natureza *consensual*. (VAZ, 1999, p. 446, grifo do autor)

Além da influência pós-kantiana no âmbito da ética discursiva, da qual destaca-se o imperativo categórico que se acomoda perfeitamente em uma interpretação intersubjetiva voltada para uma ação em função da comunidade universal. Há também a influência decorrente da filosofia ética transcendental do *uso* da linguagem desenvolvida por Apel, e da filosofia da linguagem de Austin. Estes autores ajudaram, cada qual a seu modo, Habermas em suas pesquisas acerca das exigências de uma civilização voltada para uma livre comunicação.

A ‘ética do discurso’ constitui provavelmente a tentativa filosófica mais ampla e coerente de uma ética universal edificada sobre bases não-metafísicas no sentido clássico. [...] o programa habermasiano que postula a validade normativa do *consenso* na comunidade universal da comunicação, deve necessariamente incluir a proposta

de uma *teoria da verdade* na qual o predicado do *verdadeiro* seja intrinsecamente atribuído ao *consenso* de uma argumentação racional e dotada de uma normativa própria” (VAZ, 1999, p. 448)

A pesquisa a respeito da ética do discurso segue vigente e precisa ser fundamentada por Habermas com nitidez que apela para a centralidade da linguagem na vida social fundamentada sobre um princípio de universalização em que se pensa em fundamentar a moral e a ética contra a visão subjetiva até então apresentada. A pragmática-universal de Habermas tenta reconstruir o sistema de regras ou condições de uso da linguagem comunicativa e da sua ação. Todavia, a “sua objeção consiste em pôr em dúvida se as regras que são inevitáveis dentro dos discursos podem aspirar à regulação do agir fora dos discursos pois, a obrigação implícita nos discursos de reconhecer certas regras não se transferiria diretamente do discurso para o agir” (VELASCO, 2001, p. 16).

A questão a ser resolvida é: como Habermas fundamenta uma ética na argumentação diretamente ligada à *razão prática*? Para solucionar esta questão, ele tenta estabelecer uma relação intersubjetiva, envolvendo a necessidade de provar a existência de uma ligação entre o discurso e a ação. Desta forma, inicia-se a filosofia habermasiana pautada no discurso, pois é preciso que o discurso tenha uma relação direta com o agir comunicativo. De fato, apresenta-se assim uma contrapartida do discurso teórico a um discurso prático. Para Habermas deve haver uma teoria que se apoie na conexão entre o discurso e a ação.

Seu ponto de partida “é uma teoria do agir social e o ponto de chegada, uma teoria da argumentação moral” (VELASCO, 2001, p. 71). Certamente não é fácil compreender a filosofia ética habermasiana, pois ele faz um caminho inverso, de baixo para cima.

A primeira tarefa é mostrar que o agir social apropriadamente concebido como uma interação estratégica, mas como um agir orientado por pretensões de validade, ou seja, que as pretensões de validades *normativas* estão implícitas nas ações sociais e necessariamente apontam para uma resolução discursiva. (VELASCO, 2001, p. 71)

Na ética do discurso, Habermas pretende fazer uma reconstrução conceitual partindo do pressuposto de um conceito do agir social, com justificações morais enquanto forma de

comunicação. Pois, “é necessário provar que a coerção ao falar e no agir sob pressupostos idealizadores não é uma coerção exercida apenas no discurso: é preciso provar a conexão necessária entre o discurso e as ações não-discursivas” (VELASCO, 2001, p. 99).

Habermas parte da atitude dos sujeitos que falam e agem diante de outros sujeitos. Para demonstrar teoricamente uma conexão entre o discurso (*Diskurs*) e a ação comunicativa, Habermas utiliza-se de dois tipos de atitudes: uma voltada para o *sucesso* que se orienta pela atitude de “ação racional meio-fim” e pode ser orientada tanto para o instrumental ou para a estratégia. E, a outra atitude consiste em uma atitude voltada para o entendimento que também se direciona para uma ação comunicativa. As ações sociais se apresentam de duas formas: entre a ação orientada para o sucesso no âmbito da *estratégia* e da ação orientada para o entendimento no âmbito do *agir comunicativo*.

O conceito da ação comunicativa alude a um tipo de ação (social) mediada pela comunicação. A linguagem é o meio de comunicação que serve ao entendimento, porém os atores, ao se entenderem entre si para coordenar suas ações, perseguem, cada um, uma determinada meta. De modo que não se trata primariamente de atos de comunicação, mas de um tipo de interação coordenada mediante atos de fala. (HABERMAS, 1991, p. 145-146)

O segundo ponto da fundamentação da ética habermasiana se direciona ao entendimento dos *atos de fala*, como se estabelece uma relação entre falante e ouvinte. Segundo Habermas, “entendemos um ato de fala quando sabemos o que o faz aceitável” (1981, p. 382). Sendo assim, o filósofo estabelece algumas condições necessárias que devem ser cumpridas para considerar a interação, estas que motivam o ouvinte e o falante, a saber: as condições de *cumprimento* e as condições de *acordo*.

O terceiro fundamento da ética habermasiana do discurso consiste na formulação que Habermas postula como *princípio de universalização*. E o seu último fundamento está na *prova da universalização*, em que,⁴ “das regras da simetria resulta que uma norma controversa só poderia encontrar assentimento entre os participantes de um discurso de “U” fosse aceito” (VELASCO, 2001, p. 98). Como explica Habermas (1983, p. 140),

[...] a verdadeira orientação para o agir que a ética discursiva pode oferecer não é imediatamente prescritiva. Sua relevância política passa pelo oferecimento de um fundamento prático-moral ao sistema jurídico pela via indireta de uma teoria crítica da sociedade.

Finalmente, as questões propostas por Habermas considera necessário ao agir e ao falar das pessoas uma pretensão de validade que busca uma justificação nos pressupostos da racionalidade comunicativa. Estes atos reivindicam as pretensões de validade e se encaminham para um princípio de universalização e de verificação que são capazes de justificar uma ética pautada no discurso que conduz ao entendimento mútuo.

Em síntese, Habermas “postula a validade normativa do *consenso* na comunidade universal da comunicação” (VAZ, 1999, p. 448). O consenso em Habermas resulta da discussão livre dotado da validade universal que deve incluir a teoria da verdade que conduzem as regras de uma argumentação racional. “O consenso funciona como interação a medida que satisfaz os planos de todos os sujeitos.” (TESSER, 2004, p. 102). Este consenso interpela as ações orientadas para a intercompreensão com as situações sociais na vida cotidiana, propiciando, assim, o entendimento e o fortalecimento da democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento das novas tecnologias e os desafios inerentes a este novo patamar sociológico que se apresenta, uma das atividades mais exclusivas do ser humano, a linguagem, precisa ser reinterpretada. Na era da pós-verdade, na qual os discursos possuem maior força que os fatos, podendo inclusive alterar a realidade circunstancial e mundial, o fenômeno da linguagem passa a ser objeto de investigação filosófica.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em avaliar as relações que fundamentam a ética do discurso de J. Habermas. Na primeira parte foi preciso apresentar os aspectos a respeito da filosofia da linguagem e como ela se desenvolveu ao longo da história até chegar ao período contemporâneo. Em um segundo momento, chamamos a atenção para a teoria da ação comunicativa desenvolvida por Habermas. Este agir proposto pelo filósofo

encontra seu fundamento na linguagem. Deste modo, a linguagem em Habermas está dirigida e orientada ao entendimento intersubjetivo através da argumentação e do discurso.

Habermas tem a intenção de demonstrar uma nova visão da realidade em que a razão passa a operar na prática comunicativa buscando estabelecer um consenso intersubjetivo, promovendo a interação linguística em vista do entendimento entre falantes e ouvintes. Um dos resultados desta pesquisa consiste na ênfase do consenso, pois ele é quem presta a função de interação, à medida que satisfaz os planos de todos os sujeitos e promove, deste modo, a verdadeira democracia por meio do diálogo.

REFERÊNCIAS:

- AUROUX, Sylvain. **A Filosofia da linguagem**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARAGÃO, Lucia M. de. Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- BORGES, Maria de Lourdes; DALL'AGNOL, Darlei; DUTRA, Delamar Volpato; **[O que você precisa saber sobre...] Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Tradução de Marcelo B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro, RJ; TEMPO BRASILEIRO, 2002.
- _____ **Consciência moral e agir comunicativo**: Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.
- _____ **A ética da discussão e a questão da verdade**. Tradução de Marcelo B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes.
- HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HUISMAN, Denis. **Dicionário de obras filosóficas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MARCONDES, Danilo. **Filosofia da linguagem e comunicação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____ **Textos Básicos de linguagem**: De Platão a Foucault. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

NEF, Frédéric. **A linguagem uma abordagem filosófica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2001.

SILVA, Antonio Wardison Canabrava da. **O pensamento ético filosófico: da Grécia antiga à idade contemporânea**, p. 2, 2009.

TESSER, Gelson João. **A teoria crítica de Jürgen Habermas, uma introdução**. Quatro Barras, PR: Pretexto, 2004.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Escritos de filosofia IV: Introdução à ética filosófica 1**. São Paulo: Loyola, 1999.

VELASCO, Marina. **Ética do discurso: Apel ou Habermas?** Rio de Janeiro: FAPERJ MAUAD, 2001.

